

Professores contra Ministério

«Terminou o período de tolerância dado ao Ministério da Educação para demonstrar a eficácia do seu funcionamento» — afirmou o secretário-geral do Sindicato Democrático dos Professores (SINDEP). Carlos Chagas, no decorrer de uma conferência de imprensa em Faro.

Ainda no uso da palavra, Carlos Chagas acusou o Ministério da Educação de «inoperância e de incompetência» acrescentando que o SINDEP está disposto a ir até às últimas consequências na defesa dos inte-

resses dos professores.

«Ao acabar com a possibilidade de se eleger em listas uninominais os órgãos directivos das escolas, o ministério está a impor a designação de pessoas por si nomeadas, correndo-se o risco de, dentro de dois anos, se acabar com o sistema de gestão democrática das escolas» — disse Carlos Chagas.

O secretário-geral do SINDEP criticou, também, o Ministério da Educação pelo facto de não ter contemplado no seu ordenamento administrativo a região do Algarve, que passou a

ficar dependente, em termos de ensino, de uma direcção regional sediada em Évora.

«Não estamos contra a existência de uma direcção regional de ensino em Évora, mas sim contra o facto da inexistência de uma dessas estruturas no Algarve» — acrescentou Carlos Chagas.

Entretanto, o Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) revelou que o inucesso escolar atinge, na sua zona, 40,6 por cento e 28,8 por cento, respectivamente na primeira e

segunda fases da escola primária.

As taxas mais elevadas de inucesso, na primeira fase do último ano lectivo, registaram-se nos distritos de Aveiro, Viseu e Castelo Branco.

Baixos níveis económicos e ambiente familiar menos propício, alimentação deficiente com influência do alcoolismo e o isolamento em que se encontram escolas e professores são algumas das razões apontadas para a existência daqueles índices de inucesso escolar.

O DIA P 21

«Inoperância e incompetência»

Professores democráticos contra Ministério

O secretário-geral do sindicato democrático dos professores (SINDEP) disse sexta-feira, em Faro, ter terminado «o período de tolerância» dado ao Ministério da Educação «para demonstrar a eficácia do seu funcionamento».

Em conferência de imprensa, Carlos Chagas acusou o Ministério da Educação de «inoperância e de incompetência» e

afirmou que o SINDEP está disposto a ir até «às últimas consequências» na defesa dos interesses dos professores.

O secretário-geral do SINDEP acusa o Ministério de estar «a tentar destruir a gestão democrática das escolas» num processo que, disse, «vai contra a própria lei de bases do sistema educativo».

«Ao acabar com a possibilidade de se eleger em listas uninominais os órgãos directivos das escolas, o Ministério está a impor a designação de pessoas por si nomeadas, correndo-se o risco de dentro de dois anos se

acabar com o sistema de gestão democrática das escolas» disse Carlos Chagas.

Para o representante do SINDEP, aquele processo integra-se num outro «muito mais amplo, idêntico ao que foi recentemente apresentado ao parlamento pelo Ministério da Saúde sobre a gestão hospitalar».

Carlos Chagas criticou também o Ministério da Educação pelo facto de não ter contemplado no seu ordenamento administrativo a região do Algarve, que passou a ficar dependente, em termos de ensino, de

uma direcção regional sediada em Évora.

«Ao assumir tal facto, o Ministério da Educação assume-se com pleno conhecimento de que o Algarve é uma região com identidade própria», sublinhou o dirigente do SINDEP para quem tal medida significa ainda «o não reconhecimento da capacidade de desenvolvimento do próprio Algarve».

Carlos Chagas referiu ainda que o SINDEP não está contra a existência de uma direcção regional de ensino em Évora, mas sim contra o facto da inexistência de uma dessas estruturas no

Algarve».

Neste contexto, desafiou «todos os partidos políticos que têm defendido a regionalização do Algarve a impedirem a aprovação pelo Governo deste diploma».

José Apolinário, do PS, o único deputado dos quatro grupos parlamentares convidados que participou no debate, acusou o governo de «não ter uma política séria nos campos do ensino e do emprego», duas áreas que considerou «vectores fundamentais para a modernização e desenvolvimento do país».

Ao referir-se à lei orgânica do Ministério da Educação, Apolinário definiu-a como «uma machadada e um passo atrás» na regionalização.

No discurso de abertura o ex-deputado social-democrata José Vitorino afirmou: «Não há poder local forte sem um poder regional efectivo. É um equívoco a ideia de que é preciso enfraquecer o poder local para se ter um poder regional. Esse equívoco é alimentado pelo poder central para justificar a sua má vontade em regionalizar e distribuir o poder».

pd Arca Professores